

CERIMÓNIA DE ABERTURA DO CONCURSO PARA A ATRIBUIÇÃO DE FOGOS NO LOTEAMENTO DE SANTA LUZIA

Angra do Heroísmo, 16 de janeiro de 2015

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

É com muito gosto que presido a esta cerimónia, que me permite salientar alguns aspetos que me parecem fundamentais neste momento. A aposta contínua e determinada do Governo dos Açores em ajudar as famílias açorianas, sobretudo aquelas que têm menos recursos ou que estão numa situação em que essa ajuda pode funcionar como um contributo essencial para efetivarem o seu direito à habitação. Mas também o gosto e o empenho que o Governo dos Açores tem em continuar a desenvolver as iniciativas e as políticas que são necessárias para concretizar esse direito à habitação por parte das famílias açorianas e, no caso concreto, estas 48 habitações que serão colocadas a concurso público.

Um segundo aspeto que gostaria de salientar, e que me parece importante, tem a ver com a corresponsabilização que se desenvolve neste processo. O facto é que estas famílias também pagarão uma renda de acordo com as suas possibilidades, gerando, dessa forma, um processo de corresponsabilização, de se sentirem parte responsável neste processo de concretizar o direito à habitação.

O Governo não dá, pura e simplesmente, uma habitação. O Governo cria as condições para que estas famílias possam, elas mesmas, concretizar esse direito. E esse aspeto, que não é de menor importância, marca também, de forma indelével, a abordagem que o Governo tem em relação a esta matéria.

O facto de concretizarmos, por essa via, não apenas uma política social de apoio à habitação, mas de chamarmos as famílias a serem corresponsáveis nesse processo parece-nos importante e essencial. E essa corresponsabilização, se é certo que tem a sua face mais visível na componente de pagamento de renda, deve estar sempre presente naquilo que é a natureza da intervenção do Governo neste processo.

Estas são as casas que vão ser ocupadas por essas famílias, não são as casas do Governo. Todos os Açorianos, do Corvo até Santa Maria, através do dinheiro dos seus impostos, ajudam a que essas cerca de 50 famílias, agora, e outras por toda a Região tenham, também, esse direito à habitação.

Este aspeto é importante ser lembrado, porque ajuda a que elas tenham a consciência - a que todos nós, no fundo, tenhamos a consciência - daquilo que está envolvido neste processo. O Governo canaliza estes recursos para ajudar estas famílias a terem o direito à habitação. Fá-lo com gosto, fá-lo no cumprimento dos compromissos que assumiu, fá-lo no cumprimento de uma política social que julgamos que deve ser seguida, que deve ser concretizada em benefício das famílias da Terceira e em benefício das famílias açorianas no seu todo.

A intervenção do Governo não se esgota, apenas, neste concurso público das cerca de cinco dezenas de habitações. O facto é que, na presente legislatura, já apoiamos mais de mil agregados familiares só aqui na ilha Terceira. Mais de 500 através dos programas de realojamento dos municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, cujo investimento da Região ascende a cerca de 900 mil euros por ano. Mais de 60 famílias realojadas em habitações da Região, direta ou indiretamente propriedade da Região, que representam um investimento superior a cinco milhões de euros.

Também garantimos o assegurar das rendas a mais de 400 famílias, o que significa um investimento público da Região de 1,5 milhões de euros. Também a autorização a cerca de 90 processos de apoios à aquisição, construção, reabilitação de habitação própria e permanente, num investimento que ultrapassa os 900 mil euros só nessa componente.

Está tudo feito? Não, não está! É necessário continuarmos em parceria e em articulação, por exemplo, com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e com muitas outras autarquias pela nossa Região.

Mas há algo que, nessa circunstância, interessa também salientar, registar e dar o devido destaque. Este é um trabalho que está a produzir resultados, não principalmente para o Governo, mas para as famílias açorianas que, em virtude quer dessa colaboração com a Câmara Municipal, quer das medidas e das ações que são desenvolvidas pelo Governo, se veem com uma habitação, veem, no fundo, efetivado, concretizado, realizado este seu desejo legítimo de terem uma habitação condigna.

E assim continuaremos com esse tipo de apoios, concretizando aquilo que é importante e que diz respeito a cada uma destas famílias, coresponsabilizando-as, mas assumindo a nossa parte nesse processo.

Estes não são tempos particularmente fáceis. Estes não são tempos particularmente ligeiros. Estes são os tempos em que, mais do que nunca, esse tipo de políticas por parte das entidades públicas, sejam elas câmaras municipais ou o Governo Regional, se afigura particularmente necessário e imprescindível.

Cá estamos e cá estaremos para continuar a concretizar os nossos compromissos, mas, sobretudo, para continuar a dar as respostas que servem as famílias açorianas como é o caso deste direito à habitação.

Muito obrigado.